

Assentamento ENA prepara seu plano de desenvolvimento

Através do projeto Governança Florestal, em maio de 2007, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde (STR-LRV) compareceu ao Assentamento ENA, em Feliz Natal, com o Instituto Centro de Vida (ICV), o Instituto Ouro Verde (IOV) e o Incra para discutir um trabalho que poderia ser desenvolvido no local.

O Grupo de Trabalho Univida - ENA foi fundado dia 26 de julho de 2007, em uma oficina de Diagnóstico Participativo, Liderança e Comunicação, feita pelo IOV e ICV em parceria com o STR de Feliz Natal.

O objetivo desse grupo é ajudar a melhorar a qualidade de vida dos parceiros do ENA. Para isso achamos necessário construir um plano de desenvolvimento do assentamento onde todos pudessem opinar.

A primeira etapa deste plano foi ouvir todas as pessoas através de entrevistas por família, previamente elaboradas por nós, que continham perguntas sobre produção, ambiente, infra-estrutura, pontos negativos e pontos positivos vistos no assentamento, entre outras. Essa fase durou 3 meses. Terminada essa parte foi feita a análise de dados das entrevistas e elaborado um resumo que seria apresentado nas reuniões dos travessões. Foram realizadas 8 reuniões por travessões pelo assentamen-

to, visto a distância entre os lotes e a dificuldade das pessoas se deslocarem para um único lugar. Nessas reuniões além de se apresentar os dados das entrevistas foram colhidas mais opiniões a respeito do ENA, através do método FOFA - Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças. Essa etapa durou 2 meses. Todo o processo foi sempre avaliado e refletido pelo grupo.

No início de fevereiro de 2008 fizemos uma oficina de planejamento, com o IOV e o ICV. Nela aprendemos a fazer nosso próprio planejamento. Foram convidados parceiros de várias partes do assentamento para participar da construção do PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento). A partir dela saímos com uma proposta de plano para o ENA.



Grupo trabalha os resultados do Diagnóstico

Camila Rodrigues/ICV



Equipe percorreu as casas dos vizinhos para fazer entrevistas

Camila Rodrigues/ICV



Atualmente estamos organizados em quatro grupos menores:

- 1) Saúde
- 2) Infra-estrutura
- 3) Lazer, Educação e Cultura
- 4) Produção.

Foram definidas as primeiras ações necessárias para que se tornem reais os sonhos construídos no planejamento. Hoje já temos uma visão de futuro para o assentamento e sabemos que caminho seguir!

Univida realiza oficina de planejamento

Este texto foi produzido por Bete, Elcio, Cidão, Inês, Joveilton, Leumara e Nelci, do Grupo de Trabalho União e Vida do ENA.

GOVERNO TOMA NOVAS MEDIDAS PARA COMBATER O DESMATAMENTO

O final do ano passado e o início deste ano foram marcados pela publicação de novas normas do governo federal contra o desmatamento. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) argumenta que as medidas vão fechar o cerco para quem trabalha na ilegalidade e abrirão espaço para os produtores que querem produzir de forma sustentável. Entretanto, o descontentamento espalhou-se entre as lideranças dos grandes produtores do Mato Grosso. Elas alegam que as novas regras seriam arbitrárias e criminalizam todo o setor agropecuário.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) identificou o que seria uma retomada atípica no ritmo dos desmates no fim do ano passado. Em seguida, o presidente Lula assinou o Decreto nº 6321 de 21 de dezembro, que estabeleceu uma moratória para novas derrubadas nos 36 municípios da Amazônia que mais desmatam. Já em 2008, seguiram-se resoluções e instruções normativas do MMA, do

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e até do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Os proprietários rurais desses municípios ficaram obrigados a atualizar seus dados no Incra durante o mês de março. O descumprimento da determinação passou a implicar a inibição do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) até a regularização da propriedade. A suspensão do certificado impede o produtor de obter licenças para desmatamento e realizar qualquer transação com o imóvel.

Uma das novidades do decreto é que a fiscalização passou a ter o poder de embargar as atividades econômicas em áreas de desmatamento ou queimada irregular até sua regularização. O MMA está disponibilizando na internet mapas dos municípios com as imagens, coordenadas geográficas, nome do proprietário e situação ambiental das propriedades embargadas. As imagens e as listas deverão ser

consultadas pelos compradores de produtos agropecuários. Quem comercializar produtos originados de áreas que não cumprem a legislação ambiental passa a ser considerado corresponsável pelo desmatamento e poderá ser punido.

Em janeiro, o MMA oficializou a lista dos 36 municípios, incluindo 19 no Mato Grosso (mais de 52% do total). No final de fevereiro, o CMN publicou uma resolução que obriga os agentes do sistema financeiro a exigir do tomador de empréstimo a apresentação do CCIR vigente e a documentação que comprove a regularidade ambiental do imóvel. Na verdade, a partir das novas regras, para conseguir empréstimos, basta ao produtor apresentar ao banco o documento que ateste seu pedido para iniciar o processo de recadastramento fundiário. Neste caso, ele poderá tomar crédito durante a análise de sua documentação e só será alvo das restrições se ela não for aprovada ao final da avaliação.

AGRICULTORES, GESTORES MUNICIPAIS E EDUCADORES DÃO O SEGUNDO PASSO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A distância entre o sonho e a realidade, na maioria das vezes, é muito grande para quem deseja mudar a situação socioambiental, seja de um município, seja de uma comunidade. Mas isso não pode ser entendido como um obstáculo, mas como um desafio a ser vencido, passo-a-passo, uma etapa por vez. Esta foi a principal lição que 160 pessoas, entre agricultores familiares, educadores, agentes socioambientais e profissionais dos movimentos sociais e de órgãos governamentais tiveram num encontro, realizado nos dias 07 e 08 de março em Canabrava do Norte (a 1.132 km de Cuiabá), na região do Xingu mato-grossense.

O objetivo do encontro era o de avaliar as diversas ações planejadas no Seminário Áreas Protegidas e Desenvolvimento Alternativo, realizado no município em julho de 2007, onde

cada segmento se comprometeu a realizar uma série de atividades visando promover uma melhoria na qualidade ambiental e na busca de alternativas sustentáveis para a região. Embora, muitas das propostas não tenham conseguido êxito, Solange Pereira, coordenadora do Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento - FORMAD no projeto Governança Florestal, avalia que o resultado fora positivo. "Neste encontro, tivemos a certeza de que as comunidades e educadores tem capacidade de elaborar e executar projetos, além de entender a urgência de ações socioambientais", afirmou. Para ela, não falta energia. É preciso mais empoderamento e mais apoio institucional de órgãos governamentais e não-governamentais. "Mesmo com essa carência, houve muitos avanços", destaca.

Entre estes avanços estão os agricultores do assentamento Manah e Jandaia, onde oito famílias realizaram experimentos de agrofloresta e até receberam visitas de escolas dos vizinhos municípios de Porto Alegre do Norte e Confresa para conhecerem seus projetos demonstrativos. Três escolas envolvidas nos dois seminários organizaram gincanas para coleta de sementes e produção de mudas para replantio. Outras atividades de Educação Ambiental tam-

bém foram realizadas a partir do reaproveitamento de materiais descartáveis e sementes na Escola Municipal Primavera. Já a Escola Municipal Canaã promoveu um mutirão de retirada de lixo na represa do município.

O encontro de avaliação foi promovido, além do Formad, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, Associação Terra Viva, Escola Estadual Elias Bento e Secretarias municipais de Educação e Agricultura e Meio Ambiente e contou com o apoio do Sintep, Prelazia de São Félix do Araguaia e Escola Municipal Canaã. Entidades que atuam na região, como o Instituto Socioambiental (ISA) e a Associação Nossa Senhora da Assunção de Educação e Assistência Social (ANSA), se colocaram à disposição para ajudar nas atividades socioambientais.

No evento, os participantes estabeleceram novas metas, com mais certeza do que têm condições de realizar. As ações básicas propostas nos grupos têm o enfoque na divulgação de informação para qualificação das pessoas envolvidas na realização das atividades. A prefeitura, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente se comprometeu com o reflorestamento das margens da represa de Canabrava, além de colaborar com as ações pontuadas pelos grupos participantes do evento.

"Nestes encontros e nas visitas ao município de Canabrava do Norte foram criados núcleos de mobilização ambiental que têm feito um exercício de gestão e governança ambiental, mostrando que a consciência e força de vontade são caminhos para a sustentabilidade. E o caminho se faz caminhando, como já nos ensinou Paulo Freire", concluiu.



Oficina de Legislação Ambiental na Escola Primavera, em Canabrava do Norte

PROJETO DE ZEE FAZ MARCELÂNDIA BUSCAR NOVOS CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO

Marcelândia vive um dos momentos mais críticos dos seus 12 anos de história. O município, que tem como base da sua economia a atividade madeireira e o agronegócio, está entre os 19 municípios de Mato Grosso que mais desmataram nos últimos anos.

Com o intuito de buscar novas formas de se desenvolver, o município iniciou em 2006 os trabalhos de construção da Agenda 21 Local, que prevê a elaboração de um Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável, o Plano Diretor Participativo do município e seu Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE). Três instrumentos de gestão ambiental importantes para guiar o desenvolvimento econômico e social do município.

Com o zoneamento municipal, Marcelândia poderá planejar o uso de seu território, definindo onde consolidar a agricultura e pecuária e onde conservar as florestas e fazer manejo florestal, tudo de acordo com a legislação ambiental.

Em 21 de Fevereiro deste ano, foi realizada uma reunião na prefeitura de Marcelândia com os técnicos do Instituto Centro de Vida (ICV), parceiro da Agenda 21 pela Campanha Y Ikatu Xingu, para discutir os próximos passos do ZEE. Inicialmente serão realizados estudos complementares, que servirão de base para elaborar a proposta de ZEE municipal.

Em curto prazo, o ICV vai aprofundar o mapeamento de hidrografia e Áreas de Preservação Permanente (APPs), estradas, cobertura vegetal e uso do solo. Paralelamente, a prefeitura vai complementar o mapeamento fundiário e mobilizar a população para participar do zoneamento.

O ZEE consiste em dividir a área do município em zonas, contemplando diferentes usos do solo. Terá zonas para consolidação das atividades agropecuárias e para conservação e manejo sustentável de florestas. Em Marcelândia a cobertura florestal remanescente representa cerca de 75% da área total do município.

Para a coordenadora do projeto pelo ICV, Karin Kaechele, o objetivo do ZEE é planejar as diferentes áreas do município respeitando suas peculiaridades. "Nas áreas com cobertura florestal, o objetivo é explorar de maneira sustentável os recursos florestais; nas áreas



Objetivo do ZEE é planejar as diferentes áreas do município respeitando suas peculiaridades

abertas, o objetivo é intensificar a agricultura e a pecuária. É planejar o futuro de Marcelândia ordenando as atividades econômicas sem causar danos ambientais e buscando o desenvolvimento econômico do município, dentro da legalidade."

Medidas do MMA dividem opiniões

As medidas foram bem recebidas por várias organizações ambientalistas. O Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad), por exemplo, divulgou nota de apoio. "Não autorizar novos desmatamentos nos municípios campeões até a sua regularização é medida ousada por parte do MMA, porém necessária para se colocar ordem e ajudar a promover uma nova mentalidade de desenvolvimento na região", diz o texto.

"Do ponto de vista ambiental, essas medidas não trarão resultados. Trata-se do modelo de sempre: ações de força, de comando e controle que são tomadas de cima para baixo", criticou o

Estamos discutindo a necessidade imediata de diminuir o desmatamento na Amazônia", contrapõe André Lima, diretor de Articulação de Ações para a Amazônia no MMA. Ele explica que as informações que as medidas vão reunir serão fundamentais para o governo monitorar o desmatamento.

Além do monitoramento das propriedades, mais operações de fiscalização em campo e nas empresas agropecuárias vão acontecer nos próximos meses. O MMA montou forças-tarefas para realizar as ações e dar agilidade a seus procedimentos administrativos. O ministério promete iniciativas de apoio a atividades sustentáveis e regularização nos 36 municípios.

"As cabeceiras do Xingu precisam de iniciativas concretas que apontem para um modelo de desenvolvimento sustentável para a região. Acho que o projeto Governança Florestal está fazendo a sua parte nesse sentido", afirma Rodrigo Junqueira, coordenador-adjunto do Programa Xingu do ISA.

Entre os 19 municípios matogrossenses indicados como prioritários no combate ao desmatamento, o Governança e a campanha Y Ikatu Xingu desenvolvem ações em sete: Gaúcha do Norte, Marcelândia, Nova Ubiratã, Querência, Confresa, Peixoto de Azevedo e Vila Rica. São iniciativas que pretendem promover a conservação e a gestão sustentável na região; a implantação de projetos-piloto de recuperação ambiental, o planejamento e gestão do território; a articulação de experiências de recuperação de áreas degradadas; o fortalecimento de organizações sociais; a formação de agentes socioambientais; o engajamento socioambiental dos grandes produtores.

Regularização Ambiental

O Zoneamento Ecológico Econômico pode servir de base para um projeto de regularização ambiental de todas as propriedades e posses privadas do município - mais um passo importante na busca por novos caminhos de desenvolvimento.

Para o prefeito do município, Adalberto Diamante, a regularização ambiental é necessária para manter abertas as portas do mercado e também aumenta o poder de diálogo com o governo federal e estadual. "Precisamos fazer desse processo uma coisa boa, fazer com que sejamos vistos e reconhecidos, porque aquele que desenvolve uma atividade sustentável deve ser atendido. Essa é a verdadeira política ambiental".

O prefeito afirma que Marcelândia não precisa mais abrir novas áreas para se desenvolver, e que a regularização ambiental das propriedades é um grande desafio para o município. "Nas áreas desflorestadas precisamos buscar alternativas para produzir de forma sustentável. E os planos de Manejo Florestal vão impedir que novos desmatamentos ocorram. Temos um caminho para regularização ambiental, isso está acontecendo aos poucos. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente vem se estruturando para isso com seriedade", declara Diamante.

// Não estamos discutindo legislação. Estamos discutindo a necessidade imediata de diminuir o desmatamento na Amazônia //

deputado Homero Pereira (PR-MT), presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Mato Grosso (Famato). Ele vê na posição do governo a sinalização para o embate político e não para a discussão de mudanças definitivas na legislação ambiental, como querem os ruralistas.

"Não estamos discutindo legislação.

Governança Florestal: hora de agirem os governos

STR de Lucas promove acordo contra incêndios florestais na Amazônia de MT

Governança é ação e planejamento em conjunto entre os governos, sociedade civil e iniciativa privada, reavaliando normas, regras e procedimentos decisórios. Promover governança nas florestas de Mato Grosso foi o objetivo do encontro que aconteceu nos dias 19 a 21 de fevereiro em Lucas do Rio Verde, promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município.

Com o desastre ambiental de setembro de 2007, quando uma imensa soma de floresta foi destruída por incêndios no estado, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde chamou os órgãos governamentais e agricultores para avaliar os erros e planejar a prevenção de incêndios. Agricultores e agricultoras familiares, representantes dos municípios de Marcelândia, Peixoto de Azevedo, Cláudia, Nova Ubitatã, Feliz Natal, Vera, São José do Rio Claro, Nova Mutum, Alta Floresta, Lucas do Rio Verde estiveram presentes e participaram ativamente, contando seu trabalho nas comunidades. O STR de Lucas do Rio Verde desenvolve há quatro anos projetos que envolvem as comunidades rurais para a prevenção de incêndios florestais na Amazônia.

O Proteger, financiado pelo Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) esteve em execução até 2006. Atualmente o projeto "Governança Florestal nas cabeceiras do Rio Xingu" é a ação do STR LRV que mantém agricultores (monitores) em atividade para mobilizar suas comunidades e ensinar técnicas de queimada segura e produção sem fogo.

Além de realizar as atividades de capacitação, os monitores administraram projetos de agroextrativismo e demonstrativos de alternativas ao desmatamento e às queimadas. Viveiros, semeadura direta de espécies florestais, transplante de mudas direto da mata, regeneração



STR Lucas do Rio Verde

Fumaça de incêndios florestais encobre município

natural, apicultura e extrativismo são parte do trabalho destes que buscam garantias de vida saudável em Mato Grosso.

Mesmo com anos de atuação dos monitores e conscientização das comunidades os incêndios em 2007 foram assustadores. Na avaliação de todos os agricultores o desastre anual se deve à ausência de políticas públicas, de fiscalização e educação dos órgãos responsáveis.

Para Mauro Baldini, representante do IBAMA e Patrícia Eleotério, do Ministério Público, o descontrole de desmatamentos é responsabilidade das comunidades. "Como podemos ter registro de incêndios criminosos sem denúncias?", provoca Mauro. Do outro lado estão os agricultores e agricultoras, ameaçados pelo fogo e com medo de serem ameaçados pelas pessoas denunciadas. "Não é justo responsabilizar as comunidades que são vítimas dos incêndios, existem órgãos públicos responsáveis pela fiscalização, mas eles não visitam os assentamentos há anos, e o Ministério Público é o responsável em fiscalizar esses órgãos públicos. Em setembro de 2007 eu fiz denúncias claríssimas aos órgãos competentes, dentro das normas burocráticas deles e nenhuma foi atendida, vistoriada, fiscalizada. Muito menos punida", afirma Epifania Vuaden do STR de Lucas.

Os biólogos Luciana Ferraz e Tarcísio Santos, junto com o engenheiro florestal Pablo Marimom,

mostraram o caminho para usarmos os recursos naturais de forma sustentável, propondo um novo modelo econômico que inclui gente, floresta e os animais silvestres. Rodrigo Marcelino, biólogo do Instituto Centro de Vida (ICV) mostrou o monitoramento, via satélite, dos focos de calor nas comunidades presentes. "Juntos vamos usar os dados do INPE e vamos implantar o Sistema de Alerta de Risco de Fogo, vamos avisar as comunidades e os órgãos fiscalizadores", planeja Rodrigo.

As monitoras, monitores e os órgãos públicos presentes elaboraram uma agenda de visitas aos assentamentos para esclarecer o papel de cada órgão. Durante os Puxiruns Ambientais serão dadas informações sobre conseqüências e penas aplicáveis a quem desrespeitar normas agrárias (venda de lotes da reforma agrária) ou ambientais. Esperamos que essa agenda seja cumprida, os representantes compareceram. Durante a avaliação, todos lamentaram a ausência da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA). "Não atenderam o convite por falta de coragem ou por vergonha" ataca Marçal Ribeiro, apicultor em Entre Rios, Nova Ubitatã, um dos municípios que se encontra entre os seis maiores devastadores da floresta em Mato Grosso.

Governança Florestal nas Cabeceiras do

XINGU

Ano II | Nº 3 | Janeiro a Março de 2008 | Mato Grosso



Este jornal é produzido pelo Consórcio composto pelo Instituto Centro de Vida (ICV), Instituto Socioambiental (ISA), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento de MT (Formad) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde (STR Lucas), no âmbito do projeto Governança Florestal nas Cabeceiras do Rio Xingu e faz parte das ações da Campanha 'Y Ikatu Xingu'.



Esta publicação foi produzida com o apoio da União Europeia. O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade do Consórcio 'Y Ikatu Xingu' e não pode, em caso algum, ser tomado como expressão das posições da União Europeia.

Distribuição gratuita nos municípios da Bacia do Xingu em Mato Grosso.

Tiragem | 5 mil exemplares

Redação

André Alves | Formad
Augusto Pereira | STR Lucas
Gisele Neuls | ICV
Maria Elisa Corrêa | ICV
Oswaldo Braga | ISA

Jornalista Responsável
Gisele Neuls | DRT/RS 12874

Projeto Gráfico
Rosalina Taques

Editoração Eletrônica
Elenor Cecon Júnior | Editora EGM

Contato
ICV

Av. Ariosto da Riva, 3473, Centro
Alta Floresta - 78.580-000
Tel: (66) 3521 8555
icv@icv.org.br

ISA

Rua Redentora, 362, Centro
Canarana - 78.640-000
Tel: (66) 3478-3491
isacanarana@socioambiental.org

www.yikatuxingu.org.br

Realização

